



Colégio

00001

Sala

0001

Ordem

0001

Abril/2017



AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO – ARTESP

Concurso Público para provimento de vagas Analista de Suporte à Regulação de Transporte

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'D07', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O medo desvia o foco e inibe energias para atingir objetivos.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova de Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova de Redação será corrigido. Você deverá transcrever sua Prova de Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 5 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



Fundação Carlos Chagas



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, considere o texto abaixo.

Ciência e religião

A prestigiosa revista semanal norte-americana **Newsweek** publicou um surpreendente artigo intitulado “A ciência encontra Deus”. Esse foi o artigo de capa, a qual mostrava o vitral de uma igreja com anjos substituídos por cientistas em seus jalecos brancos e cruzes substituídas por telescópios e microscópios. Planetas, estrelas e galáxias adornam essa imagem central, que é finalmente emoldurada pela estrutura helicoidal de uma molécula de DNA. O artigo sugere que a ciência moderna precisa de Deus.

Não existe nenhum conflito em uma justificativa religiosa ou espiritual para o trabalho científico, contanto que o produto desse trabalho satisfaça às regras impostas pela comunidade científica. A inspiração para se fazer ciência é completamente subjetiva e varia de cientista para cientista. Mas o produto de suas pesquisas tem um valor universal, fato que separa claramente a ciência da religião.

Quando tantas pessoas estão se afastando das religiões tradicionais em busca de outras respostas para seus dilemas, é extremamente perigoso equacionar o cientista com o sacerdote da sociedade moderna. A ciência oferece-nos a luz para muitas trevas sem a necessidade da fé. Para alguns, isso já é o bastante. Para outros, só a fé pode iluminar certas trevas. O importante é que cada indivíduo possa fazer uma escolha informada do caminho que deve seguir, seja através da ciência, da religião ou de uma visão espiritual do mundo na qual a religião e a ciência preenchem aspectos complementares de nossa existência.

(GLEISER, Marcelo. **Retratos cósmicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 46-47)

1. A afirmação de que *Não existe nenhum conflito em uma justificativa religiosa ou espiritual para o trabalho científico* justifica-se porque, para o autor do texto,
 - (A) a manifestação do sagrado ocorre tanto nas celebrações religiosas como nas experiências revolucionárias desenvolvidas pela ciência.
 - (B) o rigor que norteia a prática dos cientistas é o mesmo que orienta as projeções místicas da fé dos sacerdotes e dos crentes em geral.
 - (C) os caminhos da ciência e da religião, conquanto nunca se confundam, podem ser paralelos, sendo possível que cheguem a ser complementares.
 - (D) a religião e a ciência constituem, por definição, caminhos que se complementam, uma vez que por métodos análogos perseguem um mesmo objetivo.
 - (E) as religiões tradicionais e a ciência moderna são igualmente investigativas, contando ambas com a falibilidade dos homens e com desejo de redenção.

2. Com a frase *A inspiração para se fazer ciência é completamente subjetiva* o autor do texto
 - (A) entra em contradição com sua tese principal, ao admitir que a subjetividade é intrínseca ao método científico.
 - (B) revela sua intolerância com o teor emocional que condiciona o trabalho dos cientistas mais inspirados.
 - (C) dá força ao argumento que se expressará adiante, no segmento *só a fé pode iluminar certas trevas*.
 - (D) acaba contradizendo o que adiante afirmará no segmento *O importante é que cada indivíduo possa fazer uma escolha*.
 - (E) lembra que um cientista pode ser originalmente motivado, em sua profissão, por um impulso íntimo.

3. Traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *O artigo sugere que a ciência moderna precisa de Deus* (1º parágrafo) = Dispõe o editorial sobre a equivalência entre Deus e os cientistas.
 - (B) *Não existe nenhum conflito em uma justificativa religiosa ou espiritual para o trabalho científico* (2º parágrafo) = não há disparidade na justificativa objetiva de um impulso místico.
 - (C) *contanto que o produto desse trabalho satisfaça às regras impostas pela comunidade científica* (2º parágrafo) = ainda que os cientistas venham a referendar o resultado de uma experiência.
 - (D) *o produto de suas pesquisas tem um valor universal, fato que separa claramente a ciência da religião* (2º parágrafo) = as pesquisas científicas, ao contrário da religião, alcançam um resultado cujo valor é amplamente reconhecido.
 - (E) *é extremamente perigoso equacionar o cientista com o sacerdote da sociedade moderna* (3º parágrafo) = é da máxima inconveniência discriminar entre o cientista e o religioso, na modernidade.



4. Está plenamente clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto.
- (A) Sendo o autor do texto um cientista, um renomado nome da astrofísica é natural que se pendeie um pouco para o lado de seus companheiros de investigação, e não com os religiosos.
 - (B) Um cientista que se preze não abre mão dos procedimentos que sua comunidade considere obrigatórios, para que se alcance a universalidade do valor de uma pesquisa.
 - (C) Nada obsta de que um cientista tenha também fé, além dos procedimentos habituais de sua atividade, quais sejam o rigor, a disciplina e o consenso dos resultados nele obtidos.
 - (D) A prestigiada revista norte-americana não hesitou em se propor uma analogia, em cuja tanto um cientista quanto um devoto fervoroso se equivalem à medida em que se conciliam.
 - (E) Não costumam faltar aos maiores cientistas alguma alta inspiração, o que não implica em que o resultado de suas pesquisas se traduzam em conquistas de fato objetivas.
-
5. Quanto à concordância verbal e à adequada correlação entre tempos e modos dos verbos, está plenamente correta a frase:
- (A) Não é comum que venham a se estampar numa revista científica quaisquer alusões ao plano religioso ou espiritual, de vez que a fé ou a vida mística não devem afetar um método de pesquisa.
 - (B) Seria importante, para os cientistas que são também religiosos, que os valores da fé não interfiram na prática científica, para a qual em nada pudesse contribuir.
 - (C) É de se lamentar, na opinião do autor do texto, que os dilemas humanos não viessem a ser resolvidos pelas religiões tradicionais, mas pior será se se pretenderem resolvê-los à luz da ciência.
 - (D) Caso a ciência não traga alguma luz para o conhecimento humano, não teria como competir com o conforto que a muitos beneficiam por conta da fé e da confiança numa ordem divina.
 - (E) Se fosse natural harmonizar a prática científica com a fé religiosa, o autor do texto não terá insistido em reconhecer que sempre haveriam incompatibilidades entre os meios de que se vale uma e outra.
-
6. Há emprego de forma verbal na voz **passiva**, estando sublinhado o **sujeito** dessa forma, na seguinte frase:
- (A) Não ouse a ciência interferir em assuntos religiosos.
 - (B) Cuidem os homens de não se confundirem diante dos caminhos da religião e da ciência.
 - (C) Não é dado a um cientista justificar seu trabalho com o exclusivo valor de sua fé.
 - (D) Sempre se levantaram questões quanto aos caminhos dos cientistas e dos religiosos.
 - (E) A dúvida, para os cientistas, inclui-se em seu método de busca.
-

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 12, considere o texto abaixo.

O direito de opinar

As leis precisam ser dinâmicas, para acompanharem as mudanças sociais. Há sempre algum atraso nisso: a mudança dos costumes precede as devidas alterações jurídicas. É cada vez mais frequente que ocorram transições drásticas de valores e julgamentos à margem do que seja legalmente admissível. Com a velocidade dos meios de comunicação e com o surgimento de novas plataformas tecnológicas de interação social, há uma dispersão acelerada de juízos e opiniões, a que falta qualquer regramento ético ou legal. Qual o limite da liberdade de expressão a que devam obedecer os usuários das redes sociais? Que valores básicos devem ser preservados em todas as matérias que se tornam públicas por meio da internet?

Enquanto não se chega a uma legislação adequada, as redes sociais estampam abusos de toda ordem, sejam os que ofendem o direito da pessoa, sejam os que subvertem os institutos sociais. O direito de opinar passa a se apresentar como o direito de se propagar um odioso preconceito, uma clara manifestação de intolerância, na pretensão de alçar um juízo inteiramente subjetivo ao patamar de um valor universal.

As diferenças étnicas, religiosas, políticas, econômicas e ainda outras não são invocadas para se comporem num sistema de convívio, mas para se afirmarem como forças que necessariamente se excluem. Uma opinião apresenta-se como lei, um preconceito afirma-se como um valor natural. Não será fácil para os legisladores encontrarem a forma adequada de se garantir ao mesmo tempo a liberdade de expressão e o limite para que esta não comprometa todas as outras liberdades previstas numa ordem democrática. Contudo, antes mesmo que essa tarefa chegue aos legisladores, compete aos cidadãos buscarem o respeito às justas diferenças que constituem a liberdade responsável das práticas sociais.

(MELLO ARAÚJO, Justino de, inédito)

7. Estabelece-se no texto, como seu tema essencial, uma relação íntima entre
- (A) o poder da imprensa e a liberdade de expressão reivindicada pelos profissionais do setor.
 - (B) a legislação que eficazmente vem sendo aplicada e o uso das novas plataformas de comunicação.
 - (C) o direito que temos todos à livre manifestação de um juízo e o limite ético-jurídico desse direito.
 - (D) a legislação específica para o uso da internet e o estabelecimento da censura prévia como paradigma.
 - (E) a liberdade de imprensa tal e qual é garantida e a punição severa a quem ouse contestá-la.



8. Nas duas frases interrogativas ao final do primeiro parágrafo, há o pressuposto de que
- (A) os usuários das redes sociais não devem ser cerceados em sua absoluta liberdade de expressão.
 - (B) ainda não está muito claro o critério pelo qual se deve pautar um limite para o uso das redes sociais.
 - (C) não será possível ter algum controle sobre as opiniões expressas no âmbito da internet.
 - (D) o limite ético das opiniões emitidas nas redes sociais não pode ser matéria de legislação específica.
 - (E) os usuários das redes sociais não admitirão qualquer tipo de controle sobre suas atividades.
-
9. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do primeiro parágrafo em:
- (A) *precede as devidas alterações jurídicas* = antepõe-se, devidamente, às leis reiteradas.
 - (B) *à margem do que seja legalmente admissível* = ao lado do que se constitui como preceito rigoroso.
 - (C) *plataformas tecnológicas de interação social* = irradiações de opinião de conteúdo sociológico.
 - (D) *dispersão acelerada de juízos* = propagação veloz e sem controle de julgamentos.
 - (E) *valores básicos devem ser preservados* = uma base valorativa que cabe recuperar.
-
10. É plenamente adequado o emprego do segmento sublinhado em:
- (A) Uma legislação adequada, de que é carente o funcionamento das redes sociais, é foco de permanente discussão.
 - (B) No caso dela não convier aos usuários da internet, essa nova legislação será duramente contestada.
 - (C) A obediência às leis, pressuposto à que não cabe discussão, implica sanções aos insurgentes.
 - (D) Os que costumam respeitar as leis certamente irão de encontro com uma justa regulamentação da internet.
 - (E) Quem pretende fazer de sua opinião um valor universal devê-la-ia responsabilizar-se ao divulgá-la.
-
11. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o termo sublinhado em:
- (A) Não (**dever**) faltar às novas leis uma orientação democrática sancionada por valores éticos.
 - (B) Nunca se (**chegar**) a um consenso de justos valores se não houver uma ampla discussão.
 - (C) Caso (**vir**) a ocorrer numa reação da sociedade, os protestos deverão embasar-se juridicamente.
 - (D) É inimaginável que ainda (**persistir**) em nossa sociedade reações contrárias à regulamentação da internet.
 - (E) Como é de regra, (**atribuir-se**) aos legisladores a tarefa de propor as novas disposições legais.
-
12. Está plenamente adequada a pontuação do seguinte período:
- (A) Não é consensual e talvez nunca seja, a proposição de que se regulamente o uso da internet, de vez que, muitos usuários, a entendem, por incrível que pareça como seu território particular, a partir do qual todas as opiniões, mesmo as mais preconceituosas, podem ser emitidas.
 - (B) Não é consensual e talvez nunca seja, a proposição de que se regulamente o uso da internet: de vez que muitos usuários a entendem, por incrível que pareça, como seu território particular a partir do qual, todas as opiniões mesmo as mais preconceituosas podem ser emitidas.
 - (C) Não é consensual e talvez nunca seja: a proposição de que se regulamente o uso da internet, de vez que muitos usuários, a entendem – por incrível que pareça – como seu território particular, a partir do qual, todas as opiniões mesmo as mais preconceituosas, podem ser emitidas.
 - (D) Não é consensual – e talvez nunca seja a proposição – de que se regulamente o uso da internet de vez, que muitos usuários a entendem, por incrível que pareça, como seu território particular; a partir do qual todas as opiniões mesmo as mais preconceituosas, podem ser emitidas.
 - (E) Não é consensual, e talvez nunca seja, a proposição de que se regulamente o uso da internet, de vez que muitos usuários a entendem, por incrível que pareça, como seu território particular, a partir do qual todas as opiniões, mesmo as mais preconceituosas, podem ser emitidas.



Atenção: Para responder às questões de números 13 a 16, considere o texto abaixo.

Escritora nigeriana elenca sugestões feministas para educar crianças

A escritora nigeriana Chimamanda Adichie tornou-se uma das difusoras do movimento feminista desde seu discurso "Sejamos Todos Feministas", em 2015. Naquela época, Adichie já havia lançado quatro romances que a consagraram como expoente da literatura africana. Agora ela acaba de publicar o livro "Para Educar Crianças Feministas – Um Manifesto", em que propõe a ruptura do preconceito e da misoginia por meio da educação de novas gerações. No livro, ela acredita ter finalmente reunido o sumo de sua visão sobre a "doutrina".

Apesar do título, o livro não se dirige apenas a pais e mães, mas a "todos os que pensam no feminismo como uma palavra negativa e que associam o movimento a posições extremistas", explica a autora. "É minha maneira de dizer 'olhe por esse lado'. A questão da injustiça de gênero é que as coisas são feitas assim há tanto tempo que elas são vistas como normais."

Se o tema consolida parte do público que se vê representada por suas reflexões, implica também uma perda. Ela recorda que, em um evento na Nigéria, um homem lhe disse que deixara de gostar de sua obra quando ela começou a falar de feminismo. "Há muita hostilidade à ideia de feminismo. O mundo é sexista e a misoginia é praticada tanto por homens quanto por mulheres", diz.

(Adaptado de: NOGUEIRA, Amanda. **Folha de S. Paulo**, 03/03/2017)

13. Ao se referir à *questão da injustiça de gênero* (2º parágrafo), a escritora nigeriana associa essa injustiça
- (A) à tendência de se banalizar um preconceito.
 - (B) ao preconceito contra a misoginia.
 - (C) à aceitabilidade do "mal menor".
 - (D) à justificativa da evolução social.
 - (E) ao risco de se preservarem as diferenças.
-
14. Conforme declaração de Chimamanda Adichie, o objetivo ao lançar seu novo livro é
- (A) despertar nas crianças o prazer estético e a familiarização com vários temas considerados como "adultos".
 - (B) afastar os pais e os parentes dos menores da tendência atual para uma militância feminista equivocada.
 - (C) acusar o preconceito sexista e o hábito de se atribuir apenas à misoginia a responsabilidade pelas mazelas sociais.
 - (D) esclarecer de vez aqueles que tomam o feminismo como uma radicalização negativa e indesejável.
 - (E) desenvolver sua arte narrativa encarecendo agora o caráter mais político e combativo de suas posições.
-
15. Não haverá prejuízo para a estrutura gramatical da frase *Se o tema consolida parte do público que se vê representada por suas reflexões, implica também uma perda* ao se substituírem os segmentos sublinhados, respectivamente, por
- (A) Ainda que o tema viesse a consolidar – talvez constitua um agravo.
 - (B) Conquanto o tema consolide – acarreta, ao mesmo tempo, um ônus.
 - (C) Mesmo se o tema consolidasse – de onde adviria um prejuízo.
 - (D) Haja vista que o tema consolide – mesmo que também houvesse algum dano.
 - (E) Como o tema consolida – aonde alguma perda ainda haverá.
-
16. Se as teses feministas estão em debate, muitos veem as teses feministas como extravagantes, não reconhecendo nas teses feministas o sentido amplamente democrático que os ativistas emprestam às teses feministas.
- Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) as veem – as reconhecendo – lhes emprestam
 - (B) veem-nas – reconhecendo-lhes – as emprestam
 - (C) as veem – reconhecendo nelas – lhes emprestam
 - (D) lhes veem – reconhecendo nelas – emprestam-nas
 - (E) veem elas – lhes reconhecendo – emprestam-nas



Atenção: Para responder às questões de números 17 a 20, considere o texto abaixo.

[Diante da foto de uma cena violenta]

Pra que, meu Deus, uma foto dessas na primeira página do jornal? Posso falar, porque tenho vivido em jornal a vida toda: jornalista tem essa inclinação para o que é negativo. Há quem diga que é um traço mórbido.

Se notícia é o inusitado, o que sai da banalidade e escapa ao lixo do cotidiano, então por que essa foto na primeira página? Essa violência será assim tão insólita? Imagino que o leitor já esqueceu a foto de ontem e o impacto que ela nos causou. Esquecer é um mecanismo confortável. É essencial. É o que nos permite continuar vivendo na santa paz de nossa consciência. Eu, por exemplo, quando dei com a foto, logo pensei com os meus botões: deve ser coisa de muito longe. Biafra, por exemplo. Você se lembra de Biafra?

Nada a ver comigo. E decidi fugir da legenda.

(Adaptado de: RESENDE, Otto Lara. **Bom dia para nascer**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.336/337)

17. O autor do texto construiu-o de modo a
- (A) explorar a minuciosa crueza de uma foto impactante, em cuja descrição ele se aplica.
 - (B) condenar o inusitado sensacionalismo de um acontecimento explorado pelo fotógrafo do jornal.
 - (C) sugerir a violência de uma cena destacada, cujo impacto esmaecerá na passagem do tempo.
 - (D) reconhecer sua indiferença diante da cena cujos contornos violentos soube tão bem precisar.
 - (E) provocar no leitor a mesma e permanente indignação moral que sente diante das injustiças.
-
18. A razão específica da crítica dirigida à publicação destacada daquela foto está sugerida no seguinte segmento:
- (A) *tenho vivido em jornal a vida toda.*
 - (B) *Essa violência será assim tão insólita?*
 - (C) *É o que nos permite continuar vivendo na santa paz de nossa consciência.*
 - (D) *deve ser coisa de muito longe.*
 - (E) *E decidi fugir da legenda.*
-
19. Reescrevendo-se a frase *Imagino que o leitor já esqueceu a foto de ontem e o impacto que ela nos causou*, começando agora por – **A foto de ontem**, – deve seguir-se:
- (A) ***onde tanto impacto nos causou, imagino que o leitor a esqueceu.***
 - (B) ***imagino que em seu impacto o leitor já o terá esquecido.***
 - (C) ***imagino, terá sido seu impacto esquecido pelo leitor.***
 - (D) ***cujo impacto nos causou, imagino que já se esqueceu o leitor.***
 - (E) ***bem como nosso impacto diante dela, imagino já esquecidos pelo leitor.***
-
20. Houve correta transposição de uma frase do texto para a voz passiva no seguinte caso:
- (A) *tenho vivido em jornal a vida toda* = a vida toda eu a vivi em jornal
 - (B) *Há quem diga que é um traço mórbido* = terá havido alguém que disse ser um traço mórbido
 - (C) *escapa ao lixo do cotidiano* = tem escapado ao lixo do cotidiano
 - (D) *já esqueceu a foto de ontem* = a foto de ontem já foi esquecida
 - (E) *Esquecer é um mecanismo confortável* = esquecer está sendo um mecanismo confortável

**Noções de Informática**

21. Considere a seguinte situação hipotética: um usuário recebe o sinal de Internet no seu computador *desktop* através de um *modem* de banda larga que também é roteador *wireless*, ligado diretamente ao computador por um cabo *ethernet*. Apesar de todos os equipamentos serem atuais e terem sido instalados recentemente, em determinado momento a Internet para de funcionar e aparece um símbolo de falha no ícone da rede da barra de tarefas.

Um conjunto de possíveis problemas relacionados a esta situação e ações para resolvê-los é elencado abaixo.

- I. O cabo *ethernet* de par trançado pode ter se desconectado ou ficado frouxo, em decorrência do usuário movimentar o gabinete ou o *modem*. É recomendável que o usuário verifique a conexão do cabo, tanto no *modem* quanto no gabinete do computador.
- II. O *modem* pode não estar funcionando bem em decorrência, por exemplo, de sobrecarga no tráfego de informações. É recomendável que o usuário desligue o *modem* e ligue-o novamente após alguns segundos, para que ele seja reiniciado e o seu funcionamento normal seja restaurado.
- III. O adaptador de rede pode estar desativado, o *driver* pode estar desatualizado ou a placa de rede pode estar danificada. É recomendável que o usuário atualize o *driver* do adaptador de rede, ative-o, caso esteja desativado, ou providencie a troca da placa de rede, caso esteja danificada.
- IV. O cabo *ethernet* coaxial pode ter se rompido devido ao seu núcleo de alumínio ser bastante sensível, principalmente nas proximidades dos conectores RJ-35 usados para fazer a ligação ao *modem* e ao gabinete do computador. É recomendável que o usuário faça uma verificação visual para saber se o cabo está rompido.

São problemas e ações corretas que podem ser tomadas para tentar resolvê-los o que consta APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I e II.
- (E) II e IV.

22. Um usuário possui um conjunto de arquivos de vídeo institucionais que totalizam 35000000000 *bytes*. Ele poderá armazenar esse conjunto de arquivos em um

- (A) *pen drive* vazio de 128 MB.
- (B) *blu-ray* de 12 cm, lado único e *single layer*.
- (C) *pen drive* vazio de 32 GB.
- (D) DVD padrão vazio.
- (E) *pen drive* vazio de 64 GB.

23. No Microsoft Windows 10, em português, há um aplicativo chamado de *prompt* de comando, por meio do qual se pode utilizar um conjunto de instruções para manipular arquivos e pastas nos discos ou para exibir informações e configurar determinados recursos. Em condições ideais, para abrir o *prompt* de comando pressiona-se a combinação de teclas Windows + R e, no campo *Abrir* desta nova janela, digita-se uma instrução e pressiona-se a tecla *Enter* ou clica-se no botão *OK*. A instrução que deve ser digitada é

- (A) `mcmd`.
- (B) `command`.
- (C) `cmdprompt`.
- (D) `cmd`.
- (E) `mscommand`.

24. Considere as operações abaixo:

- I. Remover da planilha linhas com valores duplicados.
- II. Formatar condicionalmente células que contenham valores numéricos maiores ou menores que um determinado valor.
- III. Combinar e centralizar o conteúdo de células selecionadas em uma célula maior.
- IV. Inserir uma função (fórmula) na célula onde está o cursor.
- V. Converter expressões matemáticas manuscritas em texto.

No Microsoft Excel 2016, em português, instalado a partir do pacote Office 365, a operação

- (A) I é executada a partir da opção *Remover Duplicatas* da guia *Página Inicial*.
- (B) V não pode ser executada, pois não há recurso disponível nesta versão do Excel.
- (C) IV é executada a partir da opção *Inserir Função* da guia *Fórmulas*.
- (D) II só poderá ser utilizada se as células a serem formatadas estiverem com os valores em ordem crescente.
- (E) III é executada por meio da opção *Mesclar e Centralizar* da guia *Dados*.



25. No Microsoft Word 2016, em português, instalado a partir do pacote Office 365 e em condições ideais,
- (A) existe um recurso chamado *Diga-me*, que é um campo no qual, na medida em que se digita o que se quer fazer, aparece rapidamente a opção de acesso ao comando para realizar a tarefa desejada e/ou uma opção para se obter ajuda.
 - (B) um documento pode ser salvo diretamente na nuvem, em um local chamado *Dropbox*, e depois pode ser compartilhado com qualquer contato do usuário, bastando informar o *e-mail* do contato.
 - (C) as guias são as mesmas das versões anteriores, mas existem mais comandos presentes em cada guia. Efeitos mais comuns como negrito, sublinhado, itálico, copiar e colar só podem ser acessados por meio das respectivas teclas de atalho.
 - (D) alguns ícones foram modernizados, como o ícone que representa a opção salvar, que ao invés de mostrar o desenho de um disquete, mostra o desenho de um *pen drive*.
 - (E) os arquivos são salvos, por padrão, criptografados e com senha informada pelo usuário. Isto só não ocorre se no momento da gravação for indicado, no campo *Permissão*, que o documento é público.
-
26. Um usuário do navegador Internet Explorer 11, em português, digitou o endereço <http://www.artesp.sp.gov.br/>. Em condições ideais,
- (A) ao clicar na combinação de teclas **ALT + I**, ele tem acesso às Opções de Internet.
 - (B) ao clicar no ícone com a letra **i** junto ao endereço, ele tem acesso às informações do protocolo de conexão segura do *site*.
 - (C) ele pode excluir o histórico de navegação usando uma função que se encontra no caminho **Ferramentas → Segurança → Excluir Histórico de Navegação**.
 - (D) ele pode converter a página *web* para um arquivo em PDF e salvá-lo em um diretório de seu computador, usando uma função das Opções de Internet.
 - (E) o recurso de navegação em modo anônimo pode ser acionado a partir da aba **Configurações de Modo de Navegação**.
-
27. Redes *Wi-Fi* se tornaram populares pela mobilidade que oferecem e pela facilidade de instalação e de uso em diferentes tipos de ambientes. Embora sejam bastante convenientes, oferecem diversos riscos à segurança das informações. Para resolver alguns destes riscos foram desenvolvidos mecanismos de segurança, como o
- (A) **WEP (Wi-Fi Equivalent Privacy)**, fortemente recomendado por oferecer segurança total para *smartphones*.
 - (B) **WPN (Wi-Fi Private Network)**, mecanismo desenvolvido para ambiente de redes móveis privadas.
 - (C) **Bluetooth**, mecanismo de proteção para comunicação de dados e voz para dispositivos móveis.
 - (D) **WPA-2 (Wi-Fi Protected Access 2)**, mecanismo mais recomendado por oferecer criptografia considerada mais forte.
 - (E) **HPPTS**, mecanismo que utiliza assinatura digital para assegurar a identidade tanto do *site* de destino como a do usuário da rede sem fio.
-
28. Uma maneira de realizar o acesso a distância entre computadores é por meio de uma VPN (*Virtual Private Network*). Para criar uma VPN é preciso dois (ou mais) computadores conectados à Internet e um programa VPN instalado em cada máquina. De forma simplificada, o processo para o envio dos dados é elencado abaixo.
- 1º Os dados são criptografados e encapsulados.
 - 2º Algumas informações extras, como **I**, são adicionadas aos dados que serão enviados para que o computador receptor possa identificar quem mandou o pacote de dados.
 - 3º O pacote contendo todos os dados é enviado através do **II** até o computador de destino.
 - 4º A máquina receptora irá identificar o computador remetente através das informações anexadas ao pacote de dados.
 - 5º Os dados são recebidos e desencapsulados.
 - 6º Finalmente os dados são descriptografados e armazenados no computador de destino.
- As lacunas **I** e **II** são, correta e respectivamente, preenchidas por:
- (A) número do TCP da máquina destinatária – protocolo IPsec.
 - (B) número IPv6 da máquina destinatária – tunelamento.
 - (C) tipo de protocolo a ser utilizado – certificado digital.
 - (D) número IPv4 da máquina remetente – protocolo IPsec.
 - (E) número do IP da máquina remetente – túnel criado.



29. Um usuário estava na página web principal da ARTESP usando um navegador e acionou um recurso que exibe o código da página. As linhas iniciais do código são apresentadas abaixo.

```
<!DOCTYPE html>
<html lang="pt-BR" class="static contents" xmlns:fb="https://www.facebook.com/2008/fbml">
<head>
  <meta charset="utf-8" />
  <meta http-equiv="X-UA-Compatible" content="IE=edge,chrome=1"/>
  <title>ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do
Estado de São Paulo</title>
```

Observando as informações contidas no código acima, é correto afirmar que

- (A) o usuário poderia estar utilizando somente o navegador Google Chrome.
- (B) `https` refere-se ao protocolo de transferência de hipertexto seguro, que permite que os dados sejam transmitidos por meio de uma conexão criptografada.
- (C) a acentuação das palavras ficará prejudicada ao ser exibida em língua portuguesa usada no Brasil.
- (D) a página não pode ser exibida na intranet da ARTESP.
- (E) `xmlns` refere-se à codificação de caracteres, sendo compatível com o ASCII e pode representar caracteres Unicode.

30. *“Como parte da Operação Verão 2016, as concessionárias do Programa de Concessão de Rodovias do Governo do Estado de São Paulo ampliam as ações operacionais devido ao aumento de tráfego no feriado de Carnaval. As concessionárias disponibilizarão em tempo real as condições do tráfego nas rodovias por meio das câmeras do circuito fechado de TV.”*

(Disponível em: <http://www.artesp.sp.gov.br/sala-de-imprensa-noticias-ARTESP-rodovias-tem-operacao-especial-de-carnaval.html>)

Um circuito fechado de TV pode utilizar câmeras digitais e analógicas. Considerando os fundamentos de *hardware* pertinentes, é correto afirmar:

- (A) Câmeras digitais com tecnologia IP são capazes de filmar no escuro e algumas delas permitem que a imagem possa ser aproximada e a cabeça da câmera possa ser movida. Funcionam como um servidor de imagens.
- (B) O formato analógico é composto por um sinal variável, que é contínuo em função do tempo. Trabalha em uma faixa de frequência muito pequena, por isso é muito confiável e não sofre oscilação.
- (C) Enquanto o formato digital apresenta variações infinitas entre cada um de seus valores, o analógico assume sempre valores discretos (de 0 a 10), diminuindo a faixa de frequência entre eles e a oscilação.
- (D) Os dados das câmeras digitais IP trafegam por um cabo coaxial, por isso a incidência de interferência é muito grande. As câmeras analógicas não têm esse problema.
- (E) Câmeras analógicas não conseguem gerar imagens HD – *Higher Definition*, pois esta tecnologia é exclusiva das câmeras digitais.

Administração Pública

31. Nos termos da Constituição Federal, a competência para legislar sobre trânsito e transporte é
- (A) comum da União, Estados e Distrito Federal.
 - (B) privativa dos Estados e Distrito Federal.
 - (C) concorrente entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
 - (D) exclusiva dos Estados, Distrito Federal e Municípios.
 - (E) privativa da União.



32. João, servidor público de autarquia estadual, recebeu vantagem econômica, para tolerar a prática de narcotráfico. Em razão do ocorrido e da gravidade do fato, o Ministério Público Estadual ingressou com a respectiva ação de improbidade administrativa contra o citado servidor. Nos termos da Lei nº 8.429/1992, constitui requisito imprescindível à caracterização do citado ato ímprobo, dentre outros,
- (A) dano ao erário.
 - (B) conduta dolosa.
 - (C) beneficiamento de terceiros.
 - (D) conduta meramente culposa.
 - (E) enriquecimento sem causa do Poder Público.

33. Nos termos da Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso à informações, e dá providências correlatas, “a qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino”, denomina-se
- (A) integridade.
 - (B) primariedade.
 - (C) autenticidade.
 - (D) disponibilidade.
 - (E) secundariedade.

34. Considere:

- I. Agentes administrativos executando serviços de fiscalização em atividades de comércio.
- II. Atuação na área do ilícito puramente administrativo (preventiva ou repressivamente).
- III. Inspeções e perícias em determinados locais e documentos, destinados a investigar a prática de crime.
- IV. Rege-se pelo Direito Administrativo e incide, dentre outros, sobre as atividades dos indivíduos.

No que concerne às características e exemplos da polícia administrativa, que não se confunde com a polícia judiciária, está correto o que consta APENAS em

- (A) II e IV.
 - (B) I e II.
 - (C) I, II e IV.
 - (D) I e III.
 - (E) III e IV.
35. Nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o resultado do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional, e será transferido até o
- (A) trigésimo dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais.
 - (B) décimo quinto dia útil subsequente à aprovação do balanço anual.
 - (C) vigésimo dia útil subsequente à aprovação do balanço anual.
 - (D) quinto dia útil subsequente à aprovação dos balanços trimestrais.
 - (E) décimo dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais.

36. Considere a seguinte situação hipotética: Magno, Deputado Estadual de São Paulo, abusou das prerrogativas que lhe são asseguradas em razão do cargo, caracterizando, assim, procedimento incompatível com o decoro parlamentar. Nos termos da Constituição do Estado de São Paulo, a perda do mandato, desde que assegurada a ampla defesa, será
- (A) declarada pela Mesa, apenas mediante provocação de qualquer dos membros da Assembleia Legislativa ou de partido político nela representado.
 - (B) declarada pela Mesa, de ofício ou mediante provocação de qualquer dos membros da Assembleia Legislativa ou de partido político nela representado.
 - (C) decidida pela Assembleia Legislativa, por votação nominal e maioria simples, apenas mediante provocação de qualquer dos membros da Assembleia Legislativa ou de partido político representado no Legislativo.
 - (D) decidida pela Assembleia Legislativa, por votação nominal e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado no Legislativo.
 - (E) decidida pela Assembleia Legislativa, por votação nominal e maioria simples, mediante provocação de qualquer dos membros da Assembleia Legislativa, da Mesa, ou ainda, de partido político representado no Legislativo.

**Legislação**

37. No tocante ao Código de Ética da Administração Pública Estadual, considere:

- I. O agente pode participar de seminários, congressos e eventos, desde que a remuneração, vantagens ou despesas de viagem sejam pagas por pessoa que, de forma direta ou indireta, possa ser beneficiada por ato ou decisão de sua competência funcional.
- II. O agente da Administração não receberá presentes, salvo nos casos protocolares.
- III. A Administração deverá manter registro de todas as reuniões e audiências, conferindo-lhes publicidade; havendo presença de particulares, deverão participar, sempre que possível, ao menos dois agentes públicos.
- IV. Após deixar a Administração, o agente não deverá, pelo prazo de vinte e quatro meses, agir em benefício de pessoa física ou jurídica em matéria tratada em suas funções ou da qual detenha informações não divulgadas publicamente.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) III e IV.
- (D) II e III.
- (E) IV.

38. De acordo com a Lei nº 8.987/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, especificamente no tocante à subconcessão, considere:

- I. É admitida a subconcessão, nos termos previstos no contrato de concessão, independentemente de autorização pelo poder concedente, uma vez que trata-se de direito inerente aos contratos de concessão.
- II. A outorga de subconcessão será sempre precedida de concorrência.
- III. O subconcessionário se sub-rogará todos os direitos e obrigações da subconcedente dentro dos limites da subconcessão.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

39. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 914/2002, o Conselho Diretor da ARTESP será composto por

- (A) sete Diretores com mandatos fixos e não coincidentes de quatro anos.
- (B) um Diretor-Geral e mais três Diretores, com mandatos alternados de dois anos.
- (C) um Diretor-Geral e mais cinco Diretores, com mandatos fixos e não coincidentes de quatro anos.
- (D) sete Diretores com mandatos alternados de dois anos.
- (E) um Diretor-Geral e mais nove Diretores, com mandatos alternados de três anos.

40. O SBDC – Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência é formado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda. O CADE por sua vez é constituído pelos seguintes órgãos: Tribunal Administrativo de Defesa Econômica; Superintendência-Geral; e Departamento de Estudos Econômicos. O Tribunal Administrativo de Defesa Econômica tem como membros um Presidente e

- (A) três Conselheiros escolhidos dentre cidadãos com mais de 35 anos de idade, de notório saber jurídico ou econômico e reputação ilibada com mandato de quatro anos, não coincidentes, vedada a recondução.
- (B) seis Conselheiros escolhidos dentre cidadãos com mais de 30 anos de idade, de notório saber jurídico ou econômico e reputação ilibada com mandato de quatro anos, não coincidentes, vedada a recondução.
- (C) seis Conselheiros escolhidos dentre cidadãos com mais de 35 anos de idade, de notório saber jurídico ou econômico e reputação ilibada com mandato de três anos, não coincidentes, permitida a recondução.
- (D) três Conselheiros escolhidos dentre cidadãos com mais de 30 anos de idade, de notório saber jurídico ou econômico e reputação ilibada com mandato de três anos, não coincidentes, permitida a recondução.
- (E) cinco Conselheiros escolhidos dentre cidadãos com mais de 35 anos de idade, de notório saber jurídico ou econômico e reputação ilibada com mandato de dois anos, não coincidentes, permitida a recondução.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

41. A leitura da Constituição Federal permite verificar repartição de competências entre os entes federados. À União, por exemplo, foi atribuída competência para exploração de portos marítimos e de serviços de produção de energia elétrica, e aos Estados explorar o serviço de fornecimento de gás canalizado. A competência legislativa desses entes
- (A) guarda relação de pertinência com a repartição de competências estabelecida pela Constituição Federal, observando a hierarquia entre os mesmos.
 - (B) é estabelecida de acordo com a hierarquia entre os entes, de forma que aos Estados compete legislar concorrentemente sobre assuntos de interesse local.
 - (C) guarda relação de pertinência com a repartição de competências material estabelecida pela Constituição Federal, que pode ser delegada de um ente para o outro, ou partilhada entre ambos.
 - (D) quando estabelecida concorrentemente, cabe à União o estabelecimento de normas gerais, não havendo hierarquia entre os entes federados.
 - (E) respeita a autonomia dos entes federados, de modo que a competência para edição de normas é sempre comum entre os mesmos, utilizando-se o critério de predominância de interesses.
-
42. A produção de atos normativos, considerando o princípio constitucional da Separação de Poderes,
- (A) é matéria de competência privativa do poder legislativo, não cabendo ao poder executivo a edição de normas, especialmente de natureza autônoma.
 - (B) é competência concorrente entre os três Poderes da República, em razão da relação harmoniosa que os rege, podendo o Executivo editar decretos suplementares sempre que houver lacunas legais.
 - (C) embora seja função típica do legislativo, ao qual compete a edição de leis, também foi atribuída ao Chefe do Executivo para atos específicos, como decretos regulamentares e medidas provisórias.
 - (D) também se insere na competência do Executivo, ao qual compete a edição de decretos regulamentares, que suprem lacunas normativas enquanto se aguarda a edição da lei formal.
 - (E) expressa-se apenas por meio da edição de leis formais, razão pela qual os atos normativos editados pelo Poder Executivo somente podem ter conteúdo regulamentador daqueles atos normativos, não podendo inovar ou ter conteúdo autônomo.
-
43. Os direitos de petição, de reunião e de associação, de acordo com o que consta na Constituição Federal,
- (A) são exercidos livremente, dependendo, apenas, de prévio aviso às autoridades competentes.
 - (B) podem ser compulsoriamente indeferidos ou dissolvidos, por decisão administrativa fundamentada, porque não se inserem na categoria de direitos fundamentais.
 - (C) demandam prévia autorização das autoridades administrativas para seu exercício.
 - (D) têm garantido seu livre exercício, cabendo, apenas no direito de reunião, prévio aviso às autoridades competentes e respeito a outra reunião previamente marcada e que coincida com a data pretendida.
 - (E) constituem direitos individuais de garantia, razão pela qual devem ser defendidos individualmente no caso de violação, mesmo no caso dos integrantes de determinada associação.
-
44. O aumento de demandas da população e a cobrança por resultados e maior agilidade por parte da Administração pública vem exigindo contínua estruturação e aprimoramento da prestação de serviços por parte dos entes públicos. A constitucionalização do princípio da eficiência, que ilustra esse cenário,
- (A) passou a permitir autônoma responsabilização dos administradores, no caso de excessiva demora no atendimento de demandas.
 - (B) alçou-o a hierarquia superior aos demais princípios, tendo em vista que administração por resultados passou a ser a diretriz principal da gestão pública.
 - (C) englobou todos os demais princípios orientadores da atuação administrativa, que se tornaram acessórios desse vetor principal, que se consubstancia em fundamento suficiente para ajuizamento de ação judicial para desfazimento de atos e contratos administrativos.
 - (D) admite o não cumprimento de normas infraconstitucionais, sempre que demonstrado que o fundamento no princípio constitucional atenderá melhor e mais agilmente os resultados necessários ao bom desempenho da administração pública.
 - (E) destina-se a garantir o alcance dos melhores resultados pela Administração pública, empregando, para tanto, o menor tempo possível, mas não permite o desatendimento dos demais princípios orientadores da atuação administrativa, de mesmo status normativo.



45. O artigo 5º, inciso LXVIII, da Constituição Federal, garante o direito individual de locomoção à pessoa física por meio do *habeas corpus*, da seguinte forma:
- “LXVIII – conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.”*
- A norma que o garante, no que se refere à classificação quanto a aplicabilidade, que propõe serem (i) de eficácia plena; (ii) de eficácia contida; ou (iii) de eficácia limitada,
- (A) é considerada de eficácia plena, porque vigente desde sua entrada em vigor, apenas deixando margem para que a lei possa estabelecer as restrições de aplicabilidade e regulamentações cabíveis.
 - (B) pode ser considerada de eficácia limitada, pois depende da edição de norma infraconstitucional para regular o procedimento de aplicação.
 - (C) é considerada de eficácia limitada, porque dela não se extraem todos os elementos necessários à operacionalização da garantia nas situações individuais de violação do direito tutelado.
 - (D) pode ser considerada de eficácia contida, pois depende de atuação do legislador, com margem de discricionariedade, para disciplinar as hipóteses e situações em que será admissível o remédio constitucional.
 - (E) é considerada de eficácia plena, pois dela se retiram todos os elementos necessários a imediata aplicabilidade, a fim de que, desde a imediata entrada em vigor, possa produzir os efeitos que pretendeu alcançar, não admitindo restrições posteriores.
-
46. A elaboração da proposta orçamentária pelo Executivo, a ser submetida ao Poder Legislativo, submete-se a regras e princípios, estabelecidos em nível constitucional e infraconstitucional. A Lei de Diretrizes Orçamentárias, nesse contexto,
- (A) possui relevância destacada, pois estabelece as metas e objetivos da Administração, por meio de diretrizes, para os próximos exercícios, contemplando, portanto, programas de longo prazo.
 - (B) deve observar equilíbrio entre as receitas e despesas, para garantir o adequado estabelecimento das metas e prioridades da Administração pública para o exercício financeiro subsequente e bem orientar a elaboração da lei orçamentária anual.
 - (C) deve conter as previsões de abertura de crédito suplementar e contratação de operações de crédito, dispositivos que não podem constar da lei orçamentária anual.
 - (D) é independente do plano plurianual, porque esta peça orçamentária constitui um programa de longo prazo, referente a projetos cujas despesas ou investimentos ainda não foram iniciados.
 - (E) contém a lei orçamentária anual e está contida no plano plurianual, de forma que eventual questionamento ou irregularidade em qualquer desses atos normativos suspende a execução orçamentária até que o problema seja sanado, com a apresentação de nova peça ao Legislativo.
-
47. A atuação da Administração pública está sujeita a controle externo por parte do Poder Legislativo, que o exerce com auxílio do Tribunal de Contas. Dentre as competências passíveis de serem exercidas por esses órgãos de controle, é correto afirmar que
- (A) a fiscalização exercida pelo Poder Legislativo é mais ampla, pois permite análise de mérito dos atos da Administração pública, incluído seu desfazimento.
 - (B) no âmbito da fiscalização, pode o Tribunal de Contas sustar atos da Administração pública cujas irregularidades não sejam sanadas, enquanto o Poder Legislativo pode fazê-lo em relação a contratos.
 - (C) nenhum dos dois possui competência para fiscalização preventiva, atuando sempre posteriormente à prática dos atos e celebração dos contratos.
 - (D) está a possibilidade de sustar editais de licitação se forem impugnados por terceiros e ficar demonstrado algum vício de legalidade ou ofensa ao princípio da eficiência.
 - (E) somente o Tribunal de Contas pode exercer a competência de sustar atos e contratos cujos vícios de ilegalidade não tenham sido sanados pela Administração pública, não obstante intimada para tanto.
-
48. Uma autarquia que, dentre outras competências, desenvolve atividades de pesquisas científica na área de saúde pública para atuação no setor de vigilância sanitária,
- (A) não se submete à lei de acesso à informação, aplicável somente à Administração direta e aos entes integrantes da Administração indireta que prestam serviço público em sentido estrito.
 - (B) submete-se integralmente à lei de acesso à informação, devendo disponibilizar integral e totalmente os dados de conhecimento que possua, salvo se tiverem sido fornecidos para seu banco de dados por órgãos ou entidades por ela contratados, não integrantes de sua estrutura administrativa.
 - (C) submete-se à obrigação de disponibilização de acesso à informações de interesse público, sendo possível manter sigilosas aquelas que se referirem a pesquisas científicas e assim seja recomendado para a manutenção da segurança da sociedade e do Estado.
 - (D) somente se submete à obrigação de divulgação de informações mediante requerimento identificado e fundamentado, cujos motivos deverão ter a pertinência avaliada pelos órgãos superiores, a fim de não ofenderem o interesse público.
 - (E) não se submete ao procedimento geral da Lei de Acesso à Informação, não admitindo, por exemplo, instância recursal, devendo dispor de regulamento próprio para orientar os interessados na obtenção de dados e documentos constantes dos bancos da autarquia.



49. De acordo com o disposto na Constituição Federal, o regime jurídico dos servidores das autarquias
- (A) deve ser o estatutário, ocupando os servidores cargos públicos e dependendo de edição de lei tanto para a criação de cargos, quanto para concessão de aumentos remuneratórios e de benefícios.
 - (B) demanda análise do caso concreto, com prévio concurso público quando a contratação se der para ocupação de cargos públicos e submissão à regime estatutário, não sendo exigido para empregados públicos.
 - (C) exige prévio concurso de provas e títulos para a contratação de servidores estatutários, empregados públicos e ocupantes de funções de confiança.
 - (D) é o mesmo aplicado aos servidores da Administração direta, não sendo exigido, no entanto, concurso público, por se tratar de ente que integra a Administração indireta.
 - (E) pode ser estatutário ou celetista, nos termos da norma constitucional, dependendo das atribuições a serem desenvolvidas e do grau de independência necessária para tanto.
-
50. A publicação de um edital para contratação de obras de construção de um posto de saúde, com base na Lei nº 8.666/1993 e de um edital de pregão, com base na Lei nº 10.520/2002, para contratação de serviços de pintura da área externa de um prédio onde funciona outro posto de saúde exigem
- (A) apresentação de projeto básico de engenharia, que faça parte integrante do edital, para que todos os licitantes dele tomem conhecimento e possam, após a aprovação na fase homologatória, promover a confecção do projeto executivo.
 - (B) apresentação de projeto básico para o certame regido pela Lei nº 8.666/1993 e, no caso do pregão, fase prévia de chamamento para definição do projeto básico a ser utilizado, tendo em vista que o procedimento simplificado dessa modalidade demanda que os serviços sejam simples e objetivamente descritos.
 - (C) existência de recursos financeiros para pagamento das despesas necessárias para execução das obras, permitindo aditamento do contrato somente até 15% do valor.
 - (D) que os projetos básico e executivo, quando complexos, sejam realizados pela mesma licitante, viabilizando a redução do valor das propostas e garantindo maior eficiência na execução das obras e de seu gerenciamento.
 - (E) apresentação de projeto básico de engenharia para a licitação regida pela Lei nº 8.666/1993 e os elementos técnicos necessários para definição e identificação do objeto do pregão, regido pela Lei nº 10.520/2002.
-
51. Ciente da distinção entre contratos da administração e contratos administrativos, estes se caracterizam e se diferenciam
- (A) por serem celebrados por entes da Administração pública, não por pessoas jurídicas que integram a administração indireta.
 - (B) por sempre dependerem de prévia licitação para sua realização.
 - (C) porque se prestam a promover a delegação de serviços públicos, enquanto os contratos da administração podem dispor sobre as demais atribuições da Administração.
 - (D) porque a eles são inerentes as cláusulas exorbitantes, que conferem prerrogativas unilaterais à Administração pública, como a faculdade de alteração do contrato.
 - (E) porque nestes não existe igualdade entre as partes contratantes, tendo em vista que a Administração pública sempre figura em condição de supremacia, garantindo-se o equilíbrio contratual apenas em sua fase de execução inicial.
-
52. A responsabilização extracontratual do Estado, prevista no artigo 37, parágrafo 6º, da Constituição Federal,
- (A) abrange pessoas jurídicas de direito público, prestadoras ou não de serviços públicos, mas não se estende às pessoas jurídicas de direito privado, que se submetem às normas do Código Civil.
 - (B) prevê a modalidade objetiva para a Administração Direta e subjetiva para os entes da Administração indireta que não possuam natureza jurídica de direito público.
 - (C) abrange todos os entes que integram a Administração indireta, sejam de natureza jurídica de direito público, seja de direito privado.
 - (D) inclui a ARTESP, na qualidade de agência reguladora, constituída sob a forma de autarquia de regime especial, pessoa jurídica de direito público.
 - (E) abrange ARTESP, empresas estatais e fundações, independentemente da função que exerçam, mas sim devido às funções estratégicas.



53. A exploração de serviços públicos rodoviários, mediante delegação,
- (A) somente é admissível para autarquias, porque apenas pessoas jurídicas de direito público podem explorar serviços públicos próprios.
 - (B) é admissível, por exemplo, por meio de concessão de serviço público à iniciativa privada, precedida de licitação, se configurando serviço público impróprio.
 - (C) deve ser feita diretamente pela Administração direta, admitida apenas a contratação das obras de implantação da rodovia, visto que esse objeto não configura serviço público.
 - (D) pode ser feita aos entes que integram a Administração indireta, independentemente da natureza jurídica, tendo em vista que constitui serviço público impróprio, vedada, no entanto, concessão ou permissão para a iniciativa privada.
 - (E) demanda licitação para outorga de concessão à iniciativa privada, não se admitindo mais a exploração direta ou por meio de autarquias, pessoas jurídicas de direito público, por não ser aplicável a elas os princípios que regem a exploração de atividades econômicas.

54. Regulação, em sentido amplo, pode abranger medidas legislativas e administrativas, de caráter restritivo ou indutivo, a fim de determinar ou direcionar a atuação de agentes econômicos no mercado no sentido de observância ou concretização do interesse público.

No Estado de São Paulo, a atividade de regulação de serviços públicos é exercida pelas agências reguladoras, dentre as quais a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, para

- (A) fiscalizar a prestação dos serviços, para garantir sua adequação e qualidade, não tendo, no entanto, competência sancionatória e tampouco avaliar a política tarifária.
 - (B) intervir diretamente nos contratos firmados entre concessionárias e terceiros, inclusive para garantir a modicidade tarifária e o baixo custo da operação.
 - (C) zelar pela eficiência técnica dos serviços públicos e proteger os usuários de abuso de poder econômico.
 - (D) majorar ou reduzir tarifas, por decisão da diretoria em procedimento de revisão, sempre que necessário para manter o equilíbrio econômico financeiro.
 - (E) aplicar sanções aos concessionários e contratados por estes sempre que houver descumprimento das metas e objetivos para a boa prestação de serviços públicos.
55. As agências reguladoras são caracterizadas pela independência de sua atuação, garantindo que a prestação dos serviços regulados atendam o interesse público e os interesses sociais. Constituídas, no ordenamento brasileiro, sob a forma de autarquias,
- (A) seus dirigentes se submetem à lei de improbidade, na qualidade de agentes públicos.
 - (B) seus servidores submetem-se ao regime estatutário, mas seu patrimônio não é tutelado pela lei de improbidade, em razão de sua atuação ser dirigida ao setor privado.
 - (C) submetem-se à fiscalização do Tribunal de Contas somente no que se refere à contratação de pessoal, tendo em vista que a atuação regulatória insere-se no setor privado.
 - (D) demandam a efetiva demonstração de prejuízo para que possa se configurar ato de improbidade lesivo a seu patrimônio.
 - (E) seus servidores concursados podem ser incursores em atos de improbidade, mas seus dirigentes não, porque são ocupantes de cargo de confiança que exercem mandato.

56. A estrutura organizacional do tipo “pirâmide achatada” permite adotar uma estratégia de Recursos Humanos orientada para
- (A) carreiras com trajetórias bem delimitadas, com promoções horizontais.
 - (B) responsabilidades individuais pela carreira.
 - (C) informações reservadas à cúpula.
 - (D) treinamentos dirigidos a tarefas específicas.
 - (E) sistemas de recompensas apenas por desempenhos individuais.



57. O quadro abaixo apresenta algumas teorias motivacionais e os principais conceitos que as caracterizam:

Coluna	Autor	Coluna	Principais conceitos
1	Maslow	W	Considera a necessidade de sucesso e a necessidade de filiação como importantes fontes de motivação no ambiente de trabalho. Defende que a distinção entre poder personalizado e poder socializado pode ser um passo fundamental para retirar a conotação negativa de poder.
2	Herzberg	X	Visa a motivação humana de forma hierárquica, partindo de necessidades primárias relacionadas à sobrevivência e desenvolvendo-se em necessidades de nível mais elevado relacionadas ao crescimento.
3	McClelland	Y	Identificou as necessidades de nível elevado e inferior denominadas primeiramente como motivadoras e mais tarde como fatores de higiene.
4	White	Z	A experiência de dissonância, sendo psicologicamente desconfortável, é vista como fonte de motivação. A pessoa age para reduzir a dissonância, seja evitando as situações dissonantes, seja procurando mudar sua fonte.
5	Festinger	V	Sugere que o desejo de competência é uma força poderosa que está por trás de boa parte do comportamento humano.

A correlação correta entre as colunas é:

- (A) 1X; 2V; 3Z; 4W; 5Y
- (B) 1Z; 2W; 3X; 4Y; 5V
- (C) 1X; 2Y; 3W; 4V; 5Z
- (D) 1X; 2W; 3Y; 4V; 5Z
- (E) 1V; 2Z; 3W; 4Y; 5X

58. O Analista de Recursos Humanos de uma empresa pública, prestadora de serviço, extraiu do sistema de informações os seguintes dados:

- Nd = número de funcionários desligados = 20
- Eip = número de funcionários efetivos no início do período = 480
- Efp = número de funcionários efetivos no fim do período = 520

Diante disso, o índice de rotatividade desta empresa foi

- (A) 6%.
- (B) 2%.
- (C) 40%.
- (D) 4%.
- (E) 20%.

59. Sobre os princípios de Departamentalização de Urwick:

- I. Especialização: quanto menos possível, cada membro de uma organização deve buscar a multidisciplinariedade para atender à especificidade do departamento.
- II. Responsabilidade: cada membro do departamento tem total responsabilidade pelos seus atos, não cabendo ao superior a tarefa de defender seus subordinados perante todos.
- III. Equilíbrio: as diversas unidades da organização precisam ser conservadas em equilíbrio. Os gerentes devem preocupar-se mais com a melhoria das unidades fracas do que com a obtenção de maior produtividade das que já são eficientes.
- IV. Continuidade: o crescimento e o desenvolvimento da organização devem ser constantemente reexaminados. Essa é uma tarefa a ser atribuída a um elemento que já faça parte da organização.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e III.
- (B) III e IV.
- (C) II e IV.
- (D) I e II.
- (E) II, III e IV.



60. O Analista de Suporte à Regulação de Transporte quando demandado a identificar, manipular, diagnosticar ou apresentar uma proposta de reformulação de indicadores tanto do cenário institucional como dos cenários dos processos organizacionais, pode considerar os seguintes aspectos:

Coluna	Indicadores	Coluna	Aspectos
1	Impactos Ambientais	W	– Estrutura organizacional – Serviços à comunidade – Processos organizacionais
2	Políticas e Estratégias	X	– Fatores tecnológicos – Lideranças políticas – Valores sociais
3	Ambiente Externo	Y	– Filosofia e estilo administrativo – Tamanho da organização – Ciclo de vida da organização
4	Ambiente Interno	Z	– Capacidade dos empregados – Eficiência das operações – Cultura organizacional

A correlação correta entre as colunas é:

- (A) 1Y; 2W; 3X; 4Z.
 (B) 1Z; 2W; 3X; 4Y.
 (C) 1Y; 2X; 3W; 4Z.
 (D) 1W; 2Z; 3Y; 4X.
 (E) 1Z; 2X; 3W; 4Y.

61. Considere alguns indicadores abaixo para avaliar o desempenho na operação de serviços:

- I. Taxas de retenção.
 II. Número de reclamações.
 III. Tipos de reclamações.
 IV. Satisfação do cliente.

Estes indicadores estão relacionados a medida de desempenho

- (A) operacional.
 (B) interna.
 (C) financeira.
 (D) de desenvolvimento.
 (E) externa.

62. “Deterioração organizacional” refere-se ao processo de declínio das organizações que não avaliam as mudanças dos ambientes interno e externo e não realizam os ajustes na estratégia necessários. As principais dificuldades operacionais enfrentadas pelas organizações na sustentação de uma estratégia de prestação de serviços são:

- I. Processos operacionais e recursos adequados, mas com equipamento inadequado e funcionários destreinados.
 II. Mudanças detectadas pelo conceito de serviço adotado pela operação em oposto ao que foi originalmente pretendido.
 III. Objetivos conflitantes, como a necessidade de fornecer um serviço customizado, usando os processos existentes.
 IV. Acréscimo de serviços múltiplos (similares) para um processo originalmente desenvolvido para um produto.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II e IV.
 (B) I e III.
 (C) III e IV.
 (D) I e II.
 (E) II e III.

63. Considere os pressupostos do conceito de Qualidade de Conformação:

- I. Quando o aumento de peças defeituosas decorre do aumento de controles, se é verdade que os custos com peças defeituosas caem, também é real que aumenta o custo com controles, provocando, igualmente, o aumento dos custos totais.
 II. Quando o percentual de peças defeituosas diminui, tem-se uma redução das ações de controle e, portanto, dos custos correspondentes.
 III. Se existe 100% de peças defeituosas, o custo é, igualmente em tese, infinito, já que toda a produção está perdida (custo da ocorrência de peças defeituosas).
 IV. O custo de um processo sem nenhuma peça defeituosa é, teoricamente, infinitamente elevado, já que essa situação seria devida aos controles intensivos que deveriam ser desenvolvidos.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II e III.
 (B) I e III.
 (C) II e IV.
 (D) I e II.
 (E) III e IV.



64. O benefício mais comumente citado da integração vertical é a realização de economias ou contenção de custos. Estas economias podem ser classificadas como:

Coluna	Tipo	Coluna	Benefícios
1	Economias de Operações Combinadas	W	– redução dos custos de programação – coordenação de operações e de resposta às emergências – maior confiança do fornecedor interno no atendimento das necessidades
2	Economias Derivadas do Controle e da Coordenação Internos	X	– redução da necessidade de coleta de alguns tipos de informações – divisão dos custos fixos de controle da demanda e de previsão de oferta com todas as áreas da organização – maior agilidade na obtenção de dados
3	Economias de Informação	Y	– redução de número de etapas do processo de produção – diminuição dos custos de manipulação – redução de custos de transporte
4	Economias Devidas a Relacionamentos Estáveis	Z	– desenvolvimento procedimentos especializados mais eficientes para negociação – criação de sistemas logísticos especializados – possibilidade de ajustes do serviço para a necessidade do demandante

A correlação correta entre as colunas é:

- (A) 1Z; 2W; 3X; 4Y.
- (B) 1Y; 2W; 3X; 4Z.
- (C) 1Y; 2X; 3W; 4Z.
- (D) 1W; 2Z; 3Y; 4X.
- (E) 1Z; 2Y; 3X; 4W.

65. Considere as etapas de formulação e implementação de um alinhamento organizacional:

1. Preparação do terreno: exige uma amplitude de entradas para a formulação da estratégia no sentido de evitar obstáculos em sua implementação.
2. Definir influências relevantes para a implementação: envolvendo cinco aspectos – comprometimento dos recursos, políticas e programas das unidades, estrutura, recompensas e pessoas.
3. Convencimento: envolvendo todos os níveis, dentro e fora da organização.

Essas etapas estão associadas ao Modelo de

- (A) Indicador Nacional da Maturidade da Gestão: Fundação Nacional da Qualidade.
- (B) Perfil de Adequação Organizacional.
- (C) Kaplan e Norton: *Balanced Scorecard*.
- (D) Hambrick e Cannella.
- (E) Labovitz e Rosansky.

66. Na classificação da despesa orçamentária,

- (A) a unidade orçamentária corresponde ao terceiro nível hierárquico da classificação institucional.
- (B) a subfunção corresponde a uma das segregações da classificação funcional e quase sempre se relaciona com a missão institucional do órgão, por exemplo, saneamento e previdência social.
- (C) os programas, dentro da classificação por estrutura programática da despesa orçamentária, podem ser classificados como atividades, projetos ou operações especiais.
- (D) os programas, dentro da classificação por estrutura programática, são operações das quais resultam produtos (bens ou serviços) que contribuem para atender ao objetivo de uma ação.
- (E) as ações dos governos estão estruturadas em programas orientados para a realização dos objetivos definidos no Plano Plurianual.

67. Os créditos orçamentários

- (A) extraordinários são abertos por decreto do Poder Legislativo.
- (B) complementares são destinados a reforço de dotação orçamentária.
- (C) complementares e especiais dependem da existência de recursos disponíveis para a abertura.
- (D) especiais são destinados a despesas urgentes e imprevistas.
- (E) especiais podem ter como um dos recursos para cobertura os provenientes de excesso de arrecadação.



68. Sobre as regras estabelecidas para a concessão de suprimento de fundos, considere:

- I. Para atender a despesas eventuais, inclusive aquelas cuja dotação não tenha sido previamente definida em lei.
- II. Para realizar despesa que deva ser feita em caráter sigiloso, conforme se classificar em regulamento.
- III. Para atender a despesas de pequeno vulto, assim entendidas aquelas cujo valor, em cada caso, não ultrapassar limite estabelecido em ato normativo próprio.
- IV. Por servidor declarado em alcance.
- V. Para atender a despesas de pequeno vulto, mesmo que não haja a realização de empenho na dotação própria para o fim de realizar as despesas.
- VI. Por servidor responsável por mais de um suprimento de fundo.

É permitida a utilização de suprimentos de fundos nos casos apresentados nos itens

- (A) I e IV, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, III, V e VI, apenas.
- (E) I, II, III, IV, V e VI.

69. Para os registros contábeis de um suprimento de fundo nos estágios de empenho da despesa e pagamento ao suprido são utilizadas, respectivamente, contas de natureza de

- (A) controle e patrimonial; orçamentária e controle.
- (B) controle e resultado; patrimonial, orçamentária e controle.
- (C) orçamentária e controle; patrimonial, orçamentária e controle.
- (D) orçamentária, controle e patrimonial; patrimonial, orçamentária, resultado e controle.
- (E) patrimonial, orçamentária e controle; patrimonial, orçamentária e controle.

70. As seguintes informações referentes à receita orçamentária realizada no exercício financeiro de 2015 foram extraídas do Balanço Orçamentário de uma determinada entidade pública, em reais:

– Alienação de Bens Móveis.....	320.000.000,00
– Amortização de Empréstimos Concedidos.....	165.000,00
– Contribuição de Melhoria.....	5.000,00
– Operações de Crédito Internas.....	650.000.000,00
– Receitas de Multas.....	100.000.000,00
– Receitas Imobiliárias.....	1.600.000,00
– Serviços de Transporte.....	52.300.000,00
– Serviços Financeiros.....	2.300.000,00

Os totais da receita orçamentária corrente e de capital realizada no exercício financeiro de 2015 foram, respectivamente, em reais

- (A) 53.905.000,00 e 1.072.465.000,00.
- (B) 152.305.000,00 e 974.065.000,00.
- (C) 153.905.000,00 e 972.465.000,00.
- (D) 156.205.000,00 e 970.165.000,00.
- (E) 476.205.000,00 e 650.165.000,00.

71. Sobre as Despesas de Exercícios Anteriores – DEA, considere:

- I. São despesas fixadas, no orçamento vigente, decorrentes de compromissos assumidos em exercícios anteriores àquele em que deva ocorrer o pagamento.
- II. São similares aos restos a pagar, tendo em vista que correspondem a despesas empenhadas e não pagas.
- III. Quanto à classificação orçamentária por natureza da despesa, a DEA corresponde a um grupo de natureza de despesa próprio usado no orçamento do exercício corrente para despesas que pertencem ao exercício anterior: 92 – Despesas de Exercícios Anteriores.
- IV. É uma conta contábil do Patrimônio Líquido.
- V. Registra o saldo patrimonial decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) III e IV.
- (D) II e V.
- (E) III, IV e V.



72. Sobre os estágios da receita e da despesa orçamentária, é correto afirmar que
- (A) a realização da receita se dá em três estágios: previsão, lançamento e recolhimento.
 - (B) a etapa do planejamento da despesa orçamentária abrange, entre outros itens, a descentralização/movimentação de créditos orçamentários.
 - (C) o recolhimento corresponde à entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente.
 - (D) o lançamento de receitas é a etapa que antecede à fixação do montante de despesas que irão constar nas leis de orçamento, além de ser base para estimar as necessidades de financiamento do governo.
 - (E) o empenho global corresponde a um dos estágios para a execução da despesa orçamentária e é o tipo de empenho utilizado para as despesas cujo montante não se pode determinar previamente.
-
73. As dotações destinadas à aquisição de imóveis já em utilização e à aquisição de imóveis considerados necessários à realização de obras classificam-se, respectivamente, como
- (A) Investimentos; Investimentos.
 - (B) Investimentos; Inversões Financeiras.
 - (C) Inversões Financeiras; Investimentos.
 - (D) Transferências de Capital; Investimentos.
 - (E) Inversões Financeiras; Inversões Financeiras.
-

Atenção: Para responder às questões de números 74 e 75, considere o texto abaixo.

A característica básica da análise ergonômica do trabalho é a observação sistemática de pessoas trabalhando. O foco é o trabalho efetivo desempenhado (grosso modo, o que é chamado de “trabalho real”), que é analisado a partir das condições de contorno impostas (postos de trabalho, métodos de produção, quantidades/ objetivos a serem atingidos etc. – grosso modo, o que é chamado de “trabalho prescrito”). Esta é sua essência, distinguindo-a de análises a partir de ensaios de laboratório, é de onde vem seu potencial.

(Adaptado de: SALERNO, Mário Sérgio. Análise Ergonômica do Trabalho e Projeto Organizacional: uma discussão comparada. Produção, Rio de Janeiro, número especial, pp. 45-60, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prod/v9nspe/v9nspea03.pdf>. Acesso em 03 de Março de 2017)

74. De acordo com a Norma Regulamentadora de número 17 – NR-17, que versa sobre os aspectos ergonômicos relacionados às condições do trabalho, e o texto acima, as condições ambientais de trabalho
- (A) devem estar adequadas às características psicofisiológicas dos trabalhadores e à natureza do trabalho a ser executado.
 - (B) devem estar adequadas apenas às características fisiológicas dos trabalhadores, para se evitar doenças laborais como LER/DORT.
 - (C) devem estar adequadas ao trabalho realizado, otimizando os custos e melhorando a produtividade.
 - (D) devem observar a natureza do trabalho, mas não é necessário adequar às características dos trabalhadores, pois o corpo humano é uma máquina bastante adaptável às adversidades.
 - (E) são de natureza psicofisiológica, mas a Regulamentação não aborda a questão.
-
75. De acordo com a Norma Regulamentadora de número 17 – NR-17 *As condições de trabalho incluem aspectos relacionados ao levantamento, transporte e descarga de materiais, ao mobiliário, aos equipamentos e às condições ambientais do posto de trabalho e à própria organização do trabalho*, sendo assim, o não cumprimento deste aspecto normativo pode levar o trabalhador a ter preocupações com o estresse ocupacional, por dois fatores:
- (A) O estresse associado à exposição aos riscos físicos do trabalho e o estresse que surge da exposição aos riscos de deslocamento entre à casa e o trabalho.
 - (B) O estresse associado à exposição aos riscos físicos do trabalho e o estresse advindo dos riscos que o ambiente de trabalho oferece.
 - (C) O estresse associado à exposição aos riscos físicos do trabalho e o estresse que surge da exposição aos riscos psicossociais.
 - (D) Existem apenas riscos físicos inerentes ao trabalho realizado e que já são estressantes o suficiente.
 - (E) O estresse associado ao uso de EPIs, por causarem incômodo ao trabalhador, e ao uso de EPCs, por atrapalharem o fluxo do trabalho.
-



76. Planejar a progressão da carreira dos funcionários é algo essencial para que se possa alinhar as necessidades individuais com as organizacionais, garantindo produtividade e engajamento. Contudo, se a progressão da carreira deve ser olhada como um todo, há que se observar três momentos distintos, com aspectos muito particulares, são eles:
- (A) O recém-contratado e a pré-aposentadoria, por implicarem na necessidade de treinamento e na perda de um funcionário já treinado. O meio da carreira oferece treinamento *on the job*, naturalmente.
 - (B) A recém-contratação e o meio da carreira, pois a pré-aposentadoria não exige planejamento.
 - (C) A recém-contratação e a pré-aposentadoria, pois são os momentos em que se assume novas funções. O meio da carreira é uma etapa da jornada profissional.
 - (D) A recém-contratação, o meio da carreira e a pré-aposentadoria, pois a empresa enfrenta substituições de quadros.
 - (E) A recém-contratação, o meio da carreira e a pré-aposentadoria, pois são momentos em que as demandas e responsabilidades do trabalho se alteram, assim como as perspectivas individuais.
-
77. Todo processo de avaliação de desempenho requer um *feedback* ao avaliado, geralmente oferecido por seu superior imediato. Nesta ocasião, para que se construa uma compreensão mais ampliada sobre o colaborador avaliado, vários aspectos devem ser levados em conta.
- Conclui-se que bons *feedbacks* devem ser
- (A) contínuos e garantir uma comunicação ativa.
 - (B) pontuais e garantir uma comunicação ativa.
 - (C) contínuos, num processo de comunicação bidirecional e ativa.
 - (D) contínuos, pois permitem a compreensão da opinião do superior imediato.
 - (E) algo em que se tenha uma comunicação aberta.
-
78. Um funcionário deixou de comparecer ao trabalho sem prévio aviso à chefia e por um período superior a 30 dias. O RH, numa tentativa de apurar as razões da ausência, buscou contato, por diversas vezes, em mais de um veículo de comunicação. Considerando que o vínculo empregatício é regido pela CLT, o funcionário incorreu em
- (A) ato grave, considerado pela CLT como abandono de emprego.
 - (B) falta ética, porém passível apenas de advertência funcional.
 - (C) ato grave de desrespeito às normas organizacionais, que caracteriza desinteresse com as atividades.
 - (D) ato grave de desrespeito à hierarquia, sem maiores implicações.
 - (E) ato grave, mas previsto na CLT como licença não remunerada.
-
79. A área de RH recebeu uma solicitação do gestor da área de suprimentos, a aplicação de um treinamento comportamental para os colaboradores que reportam a ele. O gestor relatou que observou atitudes de pouco comprometimento, pois deslocavam-se de suas mesas com frequência, iam várias vezes ao café, interrompiam suas atividades para longas conversas paralelas e não ligadas ao trabalho.
- Neste caso o RH deveria
- (A) advertir os colaboradores e aplicar um treinamento comportamental específico para o caso.
 - (B) ir ao local para certificar-se dos fatos e chamá-los ao RH para conversar.
 - (C) devolver ao gestor a responsabilidade do problema e criar um treinamento comportamental de apoio, se necessário.
 - (D) apresentar ao gestor uma alternativa ao problema e comunicar ao grupo.
 - (E) assumir a responsabilidade pela solução do problema e aplicar um treinamento de boas maneiras.
-
80. Um Departamento de Recursos Humanos recebeu a Pesquisa de Clima organizacional da empresa e os resultados apontaram índice de satisfação da ordem de 48% em média, para todos os quesitos mensurados. A ação do RH deve ser:
- (A) Reaplicar a Pesquisa e verificar os resultados melhoram ou se houve erro de interpretação das perguntas.
 - (B) Acatar e comemorar os resultados por serem razoáveis e próximos à média.
 - (C) Organizar grupos focais para aprofundar os resultados e tomar ações.
 - (D) Alterar os critérios de avaliação para elevar os percentuais.
 - (E) Conversar com algumas pessoas próximas para validar os resultados e então definir suas ações.